

POPPER E O PROBLEMA DA FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE À LUZ DO RACIONALISMO CRÍTICO

POPPER AND THE PROBLEM OF THE FOUNDATION OF KNOWLEDGE: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF CRITICAL RATIONALISM

POPPER Y EL PROBLEMA DE LA FUNDAMENTACIÓN DEL CONOCIMIENTO: UN ANÁLISIS A LA LUZ DEL RACIONALISMO CRÍTICO

Arthur Werneque Gouvea

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: arthurgouvea_2000@hotmail.com

Resumo

As discussões sobre a epistemologia atravessaram toda a tradição filosófica, consolidando-se como um dos temas mais complexos e persistentes da reflexão filosófica. Na modernidade, essa problemática adquire especial relevância, tornando-se o eixo central das investigações sobre as fontes, os limites e a justificação do conhecimento humano. Diversos pensadores buscaram estabelecer critérios seguros capazes de distinguir o verdadeiro do falso, propondo metodologias de fundamentação que assegurassem a validade e a certeza racional do saber. O presente trabalho tem como objetivo examinar o problema da justificação do conhecimento, tomando inicialmente como referência a metodologia de fundamentação por razões suficientes, que pretende sustentar a possibilidade de verdades absolutas e universais. Essa concepção, entretanto, será confrontada com a proposta de Karl Popper, desenvolvida no âmbito do racionalismo crítico, segundo a qual o conhecimento humano é essencialmente conjectural, provisório e sujeito à refutação. Nessa perspectiva, o saber não depende de fundamentos indubitáveis, mas progride por meio da crítica e da correção de erros, configurando-se como um processo racional e dinâmico.

Palavras-chave: fundamento; verdade; racionalismo crítico.

Abstract

Discussions on epistemology have traversed the entire philosophical tradition, establishing themselves as one of the most complex and enduring themes of philosophical reflection. In modernity, this issue acquires special relevance, becoming the central axis of investigations into the sources, limits, and justification of human knowledge. Various thinkers sought to establish reliable criteria capable of distinguishing truth from falsehood, proposing methodologies of foundation that could ensure the validity and rational certainty of knowledge. This work aims to examine the problem of the justification of knowledge, initially taking as a reference the methodology of foundation based on sufficient reasons, which seeks to sustain the possibility of absolute and universal truths. This conception, however, will be contrasted with the proposal of Karl Popper, developed within the framework of critical rationalism, according to which human knowledge is essentially conjectural, provisional, and subject to refutation. From this perspective, knowledge does not depend on indubitable foundations but advances through criticism and the correction of errors, constituting a rational and dynamic process.

Keywords: foundation; truth; critical rationalism.

Resumen

Las discusiones sobre la epistemología han atravesado toda la tradición filosófica, consolidándose como uno de los temas más complejos y persistentes de la reflexión filosófica. En la modernidad, esta problemática adquiere una relevancia especial, convirtiéndose en el eje central de las investigaciones sobre las fuentes, los límites y la justificación del conocimiento humano. Diversos pensadores buscaron establecer criterios seguros capaces de distinguir lo verdadero de lo falso, proponiendo metodologías de fundamentación que garantizaran la validez y la certeza racional del saber. El presente trabajo tiene como objetivo examinar el problema de la justificación del conocimiento, tomando inicialmente como referencia la metodología de fundamentación por razones suficientes, que pretende sostener la posibilidad de verdades absolutas y universales. Sin embargo, esta concepción será confrontada con la propuesta de Karl Popper, desarrollada en el ámbito del racionalismo crítico, según la cual el conocimiento humano es esencialmente conjetural, provisional y susceptible de refutación. Desde esta perspectiva, el saber no depende de fundamentos indubitables, sino que progresa mediante la crítica y la corrección de errores, configurándose como un proceso racional y dinámico.

Palabras clave: fundamento; verdad; racionalismo crítico.

1. Introdução

Sir Karl Popper (1902-1994) foi um célebre filósofo da ciência. Nascido na Áustria, estudou na Universidade e no Instituto Pedagógico de Viena (Popper, 1986, p. 79). Popper teve notória influência nas áreas de filosofia da ciência e epistemologia, sobre as quais propôs-se analisar os limites e o progresso do conhecimento científico. O filósofo, que também tratou da temática política, desenvolveu um pensamento próprio denominado racionalismo crítico, que, de forma geral, aborda o conhecimento de maneira crítica e falível. O pensamento crítico, para Popper, é encontrado desde a antiguidade, mais especificamente no período pré-socrático. De acordo com ele, os gregos viram a oportunidade de solucionar diversos problemas mediante o emprego do método crítico de investigação (Popper, 2018, p. 80). Algumas características marcantes deste pensamento residem em Xenófanes, que Popper (2014, p. 54) relata a partir de um fragmento traduzido por ele.

Mas quanto à verdade certa, nenhum homem a conheceu,
Nem vai conhecê-la; nem dos deuses
Nem de todas as coisas de que te falo.
E mesmo se por acaso proferiu
A verdade final, ele mesmo não a conheceria,
Pois tudo é apenas uma urdida teia de conjecturas. (Fragmento B34)

A epistemologia é foco de discussões durante toda a tradição filosófica, no entanto, o período moderno foi um grande palco de debates sobre essa temática. Estabeleceu-se, assim, uma grande relevância para a epistemologia na época. A saber, duas vertentes epistemológicas tiveram destaque nesse período, o racionalismo e o empirismo. Tratam-se das principais correntes, na qual a primeira, resumidamente, defende a primazia da razão sobre a sensação e a segunda defende que as sensações/experiências são a fonte e o fundamento de todo conhecimento. Mesmo adotando perspectivas distintas sobre o conhecimento, as duas escolas filosóficas compartilham da mesma definição clássica de conhecimento: crença, verdadeira e justificada, ou apenas crença qualificada.

A questão neste trabalho consiste no problema da fundamentação do conhecimento científico, mais especificamente a respeito da procura de um fundamento capaz de suportar todo um edifício epistemológico por parte das tradicionais vertentes da teoria do conhecimento. Tratando-se de um problema complexo, pretende-se aqui contrapor a insistência na busca por um fundamento com a abordagem crítica da teoria de Popper. Com o intuito de proporcionar uma compreensão mais ampla, será apresentado, a partir das obras *Conhecimento Objetivo* (1972) e *Conjecturas e Refutações* (1963), o ponto de vista das duas epistemologias clássicas da modernidade, destacando Descartes (1596-1650) e Hume (1711-1776) - que elaboraram teorias do conhecimento no qual o fundamento é indispensável para todo arcabouço teórico.

Alguns epistemólogos, seguindo Descartes, partiram do pressuposto de que as crenças fundamentais devem ser objeto de *certeza* (devem ser, por exemplo, indubitáveis ou infalíveis). É esse pressuposto do fundacionalismo *radical*, segundo o qual as crenças fundamentais são certas e garantem a certeza das crenças não fundamentais que sobre elas se apoiam. (Moser, Mulder e Trout, 2009, p. 96)

O ponto de vista apresentado aqui vai ao encontro da perspectiva de Hans Albert (1921-2023) em sua obra *Tratado da Razão Crítica* (1969), na qual ele aponta uma necessidade metodológica das epistemologias tradicionais de um fundamento inabalável, isto é, a ideia de um fundamento consolidado em razões suficientes, que faz com que tais epistemologias se tornem dogmáticas.

A metodologia clássica, como se apresenta na teoria do conhecimento do racionalismo clássico - nas suas variantes intelectualista e empirista - era, na verdade, como já vimos, uma metodologia orientada segundo uma versão metodológica do princípio da razão suficiente, segundo a ideia de que cada concepção, cada convicção, cada crença têm que ser justificada através do recurso a bases positivas e seguras, a um fundamento inabalável. (Albert, 1976, p. 47)

Já Popper, ao contrário de seus antecessores, não parte à procura de um fundamento. Em suas próprias palavras: “A segurança e a justificação de alegações de conhecimento não são meu problema. Em vez disso, meu problema é o crescimento do conhecimento.” (Popper, 1975, p. 45). Sendo, portanto, necessário inserir a pergunta que norteará este trabalho: como há o progresso do conhecimento científico sem a utilização de um fundamento sólido e indubitável?

2. Revisão da Literatura

Admito que a crença na existência de si mesmo é muito forte. Mas não admito que ela possa suportar o peso de qualquer coisa semelhante ao edifício cartesiano; como plataforma de partida, é estreita demais. Nem incidentalmente, penso que seja tão indubitável quanto Descartes (desculpavelmente) acreditava. (Popper, 1975, p. 44)

Popper (1975, p. 42) afirma que o ponto de partida da filosofia e da ciência deve ser o senso comum. A saber, no senso comum não há a pretensão de oferecer um ponto sólido e inabalável, pelo contrário, assume-se um ponto de partida não concreto. Todavia, o conhecimento deve partir do senso comum e ser melhorado do ponto de vista da crítica. Substitui-se, portanto, o que era tradicionalmente aceito como certo por um novo conhecimento, que fora examinado e criticado sob uma nova ótica.

Mesmo que o senso comum tenha destaque na filosofia popperiana, ele argumenta de maneira contrária à teoria de senso comum do conhecimento, isto é, “[...] a teoria enganosa de que adquirimos conhecimento a respeito do mundo abrindo nossos olhos e olhando para ele ou, mais geralmente, por observação.” (Popper, 1975, p. 42).

No racionalismo, Descartes representa bem como as clássicas correntes epistemológicas atuaram na tentativa de obter um conhecimento seguro. Em sua

obra *Meditações sobre Filosofia primeira* (1641), o pai da filosofia moderna teve como objetivo oferecer a possibilidade de se chegar às certezas absolutas, e para alcançá-las foi necessário estabelecer, antes de tudo, um fundamento. Trata-se do *Cogito*, que é a pedra de toque do projeto fundacionalista epistêmico cartesiano. A primeira certeza de Descartes é o “*penso, logo existo*”, somente após essa proposição fora possibilitado a ele chegar em outras, ou seja, o *Cogito* representa o fundamento para sua epistemologia. No entanto, vale ressaltar que o filósofo chegou a esse fundamento do conhecimento de maneira subjetiva, a partir da crença na própria existência.

Ademais, não apenas ao racionalismo é creditado a metodologia de razões suficientes. Os empiristas, por sua vez, assumem as observações empíricas como pedra de toque para o conhecimento. Filósofos como Hume e Locke, entre outros expoentes do empirismo, creditam à experiência o fundamento do conhecimento. No caso dos empiristas, como aponta Costa (2007, p. 45) “o critério último de verdade passaria pela experiência subjetiva de certeza proporcionada pelas impressões sensoriais.”

Locke, Berkeley e mesmo o ‘cético’ Hume, e seus muitos sucessores, especialmente Russel e Moore, partilhavam com Descartes da opinião de que as experiências subjetivas eram especialmente seguras e, portanto, adequadas como estável ponto de partida, ou alicerce, mas confiavam principalmente em experiências de caráter observacional. (Popper, 1975, 45)

Por ter a experiência como fonte e fundamento do conhecimento, há de se imaginar que a ciência adote o mesmo método que os empiristas, mas não. O empirismo, do modo como é destacado por Hume, tem como método o *indutivismo*, isto é, o raciocínio a partir de repetições de eventos singulares que pretende justificar uma teoria universal. No entanto, Hume demonstrou a impossibilidade de justificar o indutivismo. Popper concorda com a resposta negativa de Hume acerca da justificação do raciocínio indutivo. De acordo com Popper (2013b, p. 13), “A partir da tese fundamental, o empirismo clássico tira consequências indutivistas: ele acredita poder chegar à conclusão de que as leis da natureza devem ser inferidas ‘a partir da experiência’, isto é, induzidas.” Conforme Reale (2006, p. 144), a indução para Popper não existe. Portanto, ela não pode ser fundamento de nada, não existem

métodos que tenham como base a rotina. Portanto, é inadequado supor que a ciência empírica proceda com método indutivo.

Ademais, além de Hume ter demonstrado a falha no método indutivo, ele continua sendo caracterizado como um filósofo de crença por Popper, porque apesar dele negar a possibilidade de inferir uma lei universal de vários eventos particulares, Hume diz que o hábito faz com que acreditemos na regularidade do mundo. Conforme Popper (2018, p. 81), “Hume tinha razão ao acentuar o fato de que nossas teorias não podem ser inferidas validamente do que podemos conhecer como verdadeiro – nem de observações nem de qualquer outra coisa.” Um cético ou crente? Não é pela validação de vários testes experimentais que podemos afirmar a veracidade de uma teoria científica. “Por esses resultados, o próprio Hume - uma das mentes mais racionais que já houve - transformou-se num cético e, ao mesmo tempo, num crente: crente numa epistemologia irracionalista.” (Popper, 1975, p. 16)

Popper, todavia, concentrou-se no crescimento do conhecimento, entendido de modo análogo à evolução biológica, pois, para ele, não há como afirmar certezas absolutas. Ele afirma que essa busca, da maneira como ocorreu na modernidade, tem de ser abandonada, afinal, se não há certeza absoluta, nenhum conhecimento pode ser justificado absolutamente (Popper, 1975, p. 45). A procura incansável de um fundamento fez com que as correntes epistemológicas clássicas caíssem em um dogmatismo, contribuindo negativamente para o avanço da filosofia.

Retornando à ideia do senso comum, outra característica importante desta atitude é o realismo. Popper argumenta que a hipótese mais bem aceita é o realismo, mesmo que ele tenha asseverado que ela não seja demonstrável. Sobretudo, o que instiga Popper a aceitar a hipótese do realismo é o fato de ter mais argumentos a favor dela. Nesse sentido, trata-se de um argumento contra o idealismo, que também é indemonstrável. Popper considera o idealismo, enquanto teoria epistemológica, insustentável; como, por exemplo, pensar que é a minha mente que constitui o mundo (Popper, 1975, p. 48). No entanto, o mundo existe independente da minha subjetividade. Para Popper (1975, p.49), no idealismo, “não há garantia de erro. Ao mesmo tempo, toda a questão da verdade e da falsidade de nossas opiniões e teorias torna-se claramente sem sentido se não houver realidade, mas apenas

sonhos ou ilusões.” Por isso, Popper conclui que a hipótese mais plausível é o realismo.

É visado na filosofia e na ciência a procura da verdade: “Nossa principal preocupação em filosofia e em ciência deve ser a procura da verdade. A justificação não é um alvo; e o brilhantismo e a habilidade, como tais, são tediosas” (Popper, 1975, p. 51). Para ser mais preciso, Popper remete que o alvo da ciência é a verossimilitude, isto é, a aproximação da verdade. A epistemologia objetiva não pretende afirmar a certeza de uma teoria, mas, ao contrário, a finalidade consiste na busca da falsidade de uma teoria, pois “somos buscadores da verdade, mas não somos seus possuidores” (Popper, 1975, p. 53). A teoria aceita por Popper da verdade é por ele enquadrada como de senso comum. Tal teoria foi elaborada por Alfred Tarski (2007) que, resumidamente, defende que a verdade é a correspondência com a realidade.

2.1 A errônea teoria de senso comum do conhecimento

A clássica epistemologia moderna, como observamos acima, buscou, acima de tudo, demonstrar certezas, buscando verdades absolutas, mesmo sendo impossíveis de justificá-las. A teoria do “balde mental”, analisada por Popper, corresponde à perspectiva de que nossa mente é vazia e, ao longo do tempo, absorvemos todo tipo de experiência sensorial. É desse modo que tal teoria crê conhecer a realidade a partir dos sentidos. O que foi denominado como teoria de senso comum do conhecimento foi chamado por Popper como teoria do conhecimento subjetivista, a qual sua principal característica é o conhecimento possuído por um sujeito conhecedor. “A teoria do conhecimento subjetivo é muito antiga; mas torna-se explícita com Descartes: ‘conhecer é uma atividade e pressupõe a existência de um sujeito conhecedor. É o ser subjetivo quem conhece.” (Popper, 1975, p.77). Em oposição a essa teoria do conhecimento, Popper elaborou o conhecimento no sentido objetivo.

Ora, quero distinguir entre duas espécies de conhecimento: conhecimento subjetivo (que se poderia chamar melhor conhecimento organísmico, pois consiste das disposições de organismos), e conhecimento objetivo, ou

conhecimento no sentido objetivo, que consiste do conteúdo lógico de nossas teorias, conjecturas, suposições (e, se preferirmos, do conteúdo lógico de nosso código genético). (Popper, 1975, p. 77)

Pode-se identificar que a teoria do “balde mental” é parecida com a “tabula rasa” de John Locke. Nessa teoria, o processo de obtenção de conhecimento não pode ser interrompido, deve-se deixar que os sentidos façam seu trabalho de reter conhecimento. Adotar observações sensíveis como fundamento é uma estratégia metodológica. É possível duvidar da experiência sensível? A princípio não duvidamos dos sentidos, e julgamos crer na certeza deles; por isso, trata-se de um fundamento subjetivo, que contém fonte e fundamento a partir das faculdades sensíveis - um fundamento que não pode ser criticado.

A teoria de senso comum do conhecimento é errônea e enganosa. A saber, um dos erros apontado por Popper é a afirmação de que o conhecimento começa a partir da observação. Todavia, Popper (1975, p.75) demonstra que nenhum conhecimento começa do nada. Antes de qualquer observação temos expectativas. Para a ciência e o conhecimento, a teoria sempre antecede a observação, esta que só acontece após estipular o que se deve observar. Conforme assevera Silveira (1996, p. 210)

Para planejarmos o que observar, temos que ter anteriormente uma hipótese, conjectura ou teoria que nos oriente a selecionar as percepções pretensamente relevantes à solução do problema. Não é possível observar tudo e, portanto, as observações são sempre seletivas.

No entanto, essa enganosa suposição de que o conhecimento é fundado e começa na observação advém do “erro central” (Popper, 1975, p. 68), isto é, a busca por certezas. Por ter esta finalidade, a teoria de senso comum do conhecimento demonstra-se para Popper enganosa, pois visa chegar a uma certeza absoluta. E é por este motivo que a teoria de senso comum do conhecimento adota a observação como “base segura” na obtenção e no crescimento do conhecimento - explicitando a ideia central das vertentes clássicas de uma metodologia de razões suficientes.

Para haver o progresso do conhecimento necessita-se de um conhecimento prévio para ser melhorado. A saber, ele nunca advém do nada, há sempre uma expectativa ou uma teoria que o antecede. Devido a isso, há de se admitir a existência de um conhecimento em forma de expectativa. Nas palavras de Popper

(1975, p. 75), “o conhecimento nunca começa do nada, mas sempre de algum conhecimento de base – conhecimento que no momento é tido como certo – juntamente com algumas dificuldades, alguns problemas.” O alvo da ciência é a verossimilitude, buscando aproximar-se da verdade. Para ocorrer a aproximação, antes de tudo, necessita-se de um conhecimento anterior, que em decorrência de críticas e novas perspectivas é melhorado. O crescimento do conhecimento consiste na melhora do conhecimento que já existia.

A epistemologia subjetivista apontada por Popper tem como principais representantes os autores da modernidade. Como já dito acima, sua principal característica reside no fato de que o conhecimento se estabelece apenas por um sujeito conhecedor. O conhecimento no sentido subjetivo não deve ser descartado, pois ele é importante para o processo do conhecimento, todavia, as epistemologias subjetivistas devem ser descartadas sob a ótica do filósofo austríaco (1975, p. 77).

A epistemologia para Popper (1975, p.110) é a teoria do conhecimento científico, com isso, não podemos analisá-la sem essa consideração. Ele distingue uma epistemologia subjetiva e outra objetiva. E, antes de apresentar a epistemologia objetiva, necessita-se apontar a distinção dos três mundos elaborados por Popper (1975, p. 78), onde “podemos dar ao mundo físico o nome de ‘mundo 1’; ao mundo de nossas experiências conscientes o de ‘mundo 2’; e ao mundo de conteúdos lógicos de livros, bibliotecas, memórias de computador e similares o de ‘mundo 3’.” O conhecimento no sentido objetivo reside no mundo 3.

A teoria do senso comum, portanto, impõe um fundamento subjetivo inabalável, seja a partir da observação ou da intuição, deixando de fora o conhecimento no sentido objetivo. Popper formula duas asserções a respeito desta teoria, a qual destaco a segunda,

(b) A fim de que um tipo de crença ou um estado da mente, chegue a mais que “mera” crença e seja capaz de sustentar a alegação de que importa num ítem de conhecimento, requer-se que o crente esteja de posse de *razões suficientes* para estabelecer que o ítem de conhecimento é verdadeiro com *certeza*. (Popper, 1975, p. 79)

Em outras palavras, a teoria de senso comum do conhecimento depende de um sujeito conhecedor, e que este esteja em posse de razões suficientes para crer,

com certeza, na verdade de um objeto. Demonstrando tal ponto, o conhecimento científico, que é em todo sentido conjectural e hipotético, não está incluso nas epistemologias subjetivistas (de senso comum). Popper, portanto, relata o que ele considera como a maior fraqueza da teoria de senso comum do conhecimento.

Todo o vasto e importante campo das teorias que podemos descrever como “conhecimento científico”, em face de seu caráter conjectural, não se qualificaria em absoluto como conhecimento. Pois, de acordo com a teoria de senso comum do conhecimento, o conhecimento é crença qualificada – crença tão qualificada que é certamente verdadeira. E é precisamente esse tipo de qualificação que falta no vasto e importante campo de conhecimento conjectural. (Popper, 1975, p. 80)

2.2 A epistemologia no sentido objetivo

Devido a esta busca incansável a um fundamento sólido e inabalável, foi deixado de lado, na perspectiva de Popper, o conhecimento científico das discussões epistemológicas. Pois, para a epistemologia objetiva, o conhecimento apresenta um caráter conjectural, e devemos partir de hipóteses. A ciência, portanto, adota o método do racionalismo crítico, não adotando razões suficientes para crer na verdade absoluta de um teoria. Desse modo, nas palavras de Popper,

Nunca podemos justificar racionalmente uma teoria – isto é, uma alegação de conhecer sua verdade – mas podemos, se formos felizes, justificar racionalmente uma preferência por uma teoria dentre um conjunto de teorias concorrentes, por enquanto, isto é, com respeito ao estado presente da discussão. (Popper, 1975, p. 86)

A saber, o método científico corresponde a conjecturas e refutações, conjecturas ousadas sobre a realidade e rigorosos testes para refutá-la. Quão duradoura for a conjectura de uma teoria, mais corroborada ela se demonstra na realidade, mas não se pode afirmar sua verdade, apenas afirmar sua verossimilitude, ou seja, sua aproximação com a verdade, visto que asseverar razões suficientes para verdade de uma teoria não condiz com o método científico.

A falseabilidade é o critério de demarcação elaborado por Popper, que consiste no ponto que distingue a ciência da *não-ciência*. A falseabilidade é oposta ao critério da verificabilidade dos positivistas lógicos, Castañon (2007, p. 279) argumenta que “Popper contradisse e refutou todas as principais posições

assumidas pelo Positivismo Lógico, colocando obstáculos intransponíveis ao seu posterior desenvolvimento.” Este caráter é o que torna uma teoria científica, pois ela deve ser passível de falseamento a qualquer momento por testes ou até que seja criada outra teoria mais ampla e mais testável que a anterior.

Contudo, só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema empírico. (Popper, 2013a, p. 38)

Para inserir sua epistemologia objetiva, Popper (1975, p. 113) defende três teses principais que se referem à epistemologia. A primeira tese aponta o conhecimento tradicional como sendo irrelevante para o conhecimento científico, pois, como já vimos acima, a epistemologia tradicional está inserida no segundo mundo, trata-se de uma teoria do conhecimento no sentido subjetivo. “Pois o conhecimento científico simplesmente não é conhecimento no sentido do uso comum da palavra ‘se’.” (Popper, 1975, p. 110). A segunda tese estabelece o que ele considera como relevante para epistemologia, a saber, o estudo de problemas científicos e situações de problemas. Em outras palavras, a epistemologia deve se ater a problemas estabelecidos no terceiro mundo, que são conjecturas e teorias, cuja função de quem a elaborou (cientista) deve ser a tentativa de resolver seus problemas. Os cientistas não precisam alegar que sabem se suas conjecturas são verdadeiras no sentido subjetivo, mas devem agir conforme uma suposição, mas com intuito de fazer com que o terceiro mundo progrida. Portanto, buscando a evolução do conhecimento científico. A terceira tese elaborada por Popper (1975, p. 113-114) é a epistemologia objetivista que, em suas palavras, “estuda o terceiro mundo e pode ajudar a lançar imensa soma de luz sobre o segundo mundo de consciência subjetiva, especialmente sobre os processos subjetivos de pensamento dos cientistas; mas o *inverso não é verdadeiro*.”

Portanto, a partir destas três teses pode-se observar a nítida distinção feita por Popper entre o que ele considera como filósofos de crença e filósofos de crítica.

A epistemologia tradicional, cujo berço estão filósofos como Hume e Descartes, é irrelevante para a discussão epistemológica científica, pois se ocuparam, na distinção de Popper, sobre o mundo dois (subjetivo), sendo, portanto, caracterizados como filósofos de crenças, cuja importância está em sustentar verdades e fundamentos subjetivos. Por isso, a preferência pela crítica é destacada pelo filósofo da ciência, não se atendo a questões de crença, mas sim a teorias e problemas consolidados, que não necessitam de um fundamento subjetivo, no sentido de crença advinda da observação ou da intuição.

2.3 O mundo três e sua autonomia

Pressupor a existência do mundo três possibilita a Popper elaborar sua epistemologia objetiva, mesmo que ela seja, de todo modo, influenciada pelo mundo ideal de Platão. O terceiro mundo apresenta pontos inteiramente distintos. O mundo platônico, ou das ideias, é o modelo eterno e imutável da nossa realidade, já o mundo três, ao contrário, é inteiramente mutável e independente. Trata-se de uma autonomia necessária para o progresso do conhecimento, por isso também é mutável.

O terceiro mundo de Platão era divino; era imutável e, sem dúvida, verdadeiro. Assim, há um grande vácuo entre seu terceiro mundo e o meu; meu terceiro mundo é feito pelo homem e mutável. Contém não só teorias verdadeiras, mas também falsas, e especialmente problemas abertos, conjecturas e refutações. (Popper, 1975, p. 124)

Portanto, o que reside no terceiro mundo de Popper são argumentos e teorias, que podem ser verdadeiros ou falsos, e que geram, de algum modo, problemas a serem discutidos. Mesmo que tais conjecturas e teorias sejam criadas pelo homem, a saber, que o terceiro mundo seja uma criação humana, reside nele sua principal característica, sua autonomia. Um exemplo dessa autonomia é citado por Popper, sobre a qual é encontrado na teoria dos números naturais, onde a sequência dos números naturais é uma criação humana, mas que de maneira autônoma criou outros problemas.

A distinção entre números ímpares e pares não é criada por nós: é uma consequência não pretendida e inevitável de nossa criação. Os números

primos, sem dúvida, são fatos autônomos e objetivos similarmente não pretendidos; e em seu caso é óbvio que há aí, para nós, muitos fatos a descobrir: há conjecturas como a de Goldbach. (Popper, 1975, p. 120)

No entanto, a epistemologia proposta por Popper é uma teoria darwiniana do crescimento do conhecimento. Como já dito anteriormente, não se deve descartar o conhecimento que reside no mundo dois, pois ele é importante para este progresso, porque apresenta, antes de qualquer experiência, um conhecimento em forma de expectativa.

Popper elaborou o esquema $P1 \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P2$, que representa o processo de crescimento do conhecimento. Conforme Popper (1975, p. 120), partindo de um problema $P1$, passa-se a uma teoria experimental TT , que pode estar errada, mas em todos os casos será submetida à eliminação de erros EE , isto é, será criticada ou passará por testes experimentais. Novos problemas $P2$ serão criados de maneira não intencional a partir dessa discussão crítica. Conforme aponta Souza Sobrinho (2020, p. 332) “as transformações científicas exigem sempre a adoção de novas teorias por meio da descoberta de problemas inesperados.” Novos problemas suscitarão novas teorias.

O esquema apresentado pretende demonstrar como o conhecimento progride. Para isso, Popper (1975, p. 238) diz que o progresso é semelhante à “seleção natural” de Darwin, uma “seleção natural de hipóteses”. Sobre a qual as hipóteses apontam suas virtudes para resistirem às críticas e a testes. As mais bem adaptadas eliminam as de menor adaptação. Trata-se, visto isso, de eliminação de hipóteses que foram refutadas e falseadas, ou seja, eliminam-se as crenças errôneas que temos a partir de novas hipóteses mais bem dispostas e que ainda não foram refutadas.

A teoria do conhecimento que desejo propor é uma teoria amplamente darwiniana do crescimento do conhecimento. Desde a ameba até Einstein, o crescimento é sempre o mesmo: tentamos resolver nossos problemas e obter, por um processo de eliminação, algo que se aproxime da adequação em nossas soluções experimentais. (Popper, 1975, p. 239)

3. Considerações Finais

Analisando o ponto de vista das tradicionais epistemologias, pode-se concluir que seus interesses a respeito do conhecimento residiam, em uma grande parte, em como se pode justificar o conhecimento. Há de se considerar que está presente nessas epistemologias a metodologia de razões suficientes, na qual apresentam um fundamento subjetivo que justifica o conhecimento. Mesmo sendo representadas ao longo do texto por teorias concorrentes (racionalismo e empirismo), ambas compartilham da definição de que o conhecimento é uma crença qualificada. Foram utilizados fundamentos distintos, a intuição e a experiência, e que são apresentados sob a ótica de uma epistemologia subjetivista, qualificando, desse modo, o conhecimento a bases positivas e sólidas. A partir disso, tais epistemologias acreditavam poder chegar a verdades absolutas, pois elas estariam justificadas a um fundamento inabalável.

Conforme exposto anteriormente, Popper não se atém a essa questão. Todavia, em sua perspectiva, há o progresso do conhecimento. Sendo assim, como esse conhecimento progride sem a utilização de um fundamento sólido? Ele progride à medida que criamos teorias científicas, ou seja, teorias que contém certo grau de falseabilidade, e as colocamos na realidade, testando-as na tentativa de refutá-las. O racionalismo crítico concebe o conhecimento como essencialmente falível e sujeito à crítica constante, ou seja, que podemos evoluir através do erro. O método de conjecturas e refutações pode ser bem aplicado como método de tentativa e erro. Estabelecer um fundamento que advém de uma crença subjetiva e, conseqüentemente, que não pode ser criticado, não contribui para o progredir científico. Pelo contrário, as epistemologias subjetivistas que se atém a crenças, desconsideram o conhecimento no sentido objetivo (científico), pois há a necessidade de um sujeito conhecedor, e que este esteja em posse de razões suficientes para crer na verdade de algo. O conhecimento científico é hipotético, com isso toda teoria é elaborada como hipótese, portanto nunca se pode ter certeza absoluta de sua verdade. “Nenhuma teoria em particular pode, jamais, ser considerada como absolutamente certa: cada teoria pode tornar-se problemática, não importa quão bem corroborada possa parecer agora. Nenhuma teoria científica é sacrossanta ou fora de crítica.” (Popper, 1975, p. 330)

A proposta do terceiro mundo de Popper, onde os residentes são teorias e problemas, possibilita que sua epistemologia progrida sem a necessidade de um sujeito conhecedor, porque o terceiro mundo é autônomo e mutável. Mesmo sendo criado por homens, após a elaboração de uma teoria, ela irá gerar novos problemas a serem resolvidos. Uma teoria não morre com o cientista, nem o cientista deve morrer crendo na verdade absoluta de sua hipótese, mas deve buscar, a todo momento, refutá-la, pois outro a tentará.

Contudo, pressupor a necessidade metodológica de um fundamento absoluto para o conhecimento, como fora nas epistemologias tradicionais, exclui o conhecimento no sentido objetivo (científico), buscando, acima de tudo, demonstrar certezas. No entanto, o conhecimento científico progride por tentativa e erro. Em outras palavras, não é pela certeza que ele ocorre, mas sim pelo erro. Nas palavras de Popper (1975, p. 332), “é pela verificação de sua falsidade que a ciência progride.”

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ALBERT, Hans. **Tratado da razão crítica**. Tradução de Idalina Azevedo da Silva, Erika Gudde e Maria José P. Monteiro. Rio de Janeiro, Edições tempos brasileiros, 1976.

CASTAÑON, Gustavo Arja. Cognitivism e Racionalismo Crítico. **Psicologia Argumento** (PUCPR. Impresso), v. 25, p. 277-290, 2007

COSTA, Rogério Soares. **A Epistemologia Pós-Darwiniana de Sir Karl Popper**. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. 1. Ed. Tradução de Fábio Creder. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. – (Vozes de Bolso).

_____. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. Tradução de Fausto Castilho. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004. – (Coleção Multilíngue de Filosofia Unicamp).

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MORA, Jose Ferrater. **Dicionário de Filosofia tomo I, II, III, IV (A-Z)**. Tradução de Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno e Nicolás Nyimi Campanário. 2ª. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2004.

MOSER, Paul. MULDER, Dwayne. TROUT, J. D. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2ª Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

OLIVA, Alberto. **Teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

POPPER, Karl. **Autobiografia intelectual**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Motta. SP, Cultrix, 1986

_____. **Conhecimento Objetivo: uma abordagem Evolucionária**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **Conjecturas e Refutações**. Tradução de Sérgio Bath – 5. Ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

_____. **A lógica da Pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg, Octanny Silveira da Mota. - 2. Ed – São Paulo: Editora Unesp, 2013a.

_____. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. Tradução Antonio Lanii Segatto. – 1. Ed – São Paula: Editora Unesp, 2013b.

_____. **O mundo de Parmênides**. Tradução Roberto Leal Ferreira. – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PLATÃO. **Teeteto**. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. 4ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

REALE, Giovanni - ANTISERI, Dario. **História da Filosofia v,7. De Freud à atualidade**. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2006.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A filosofia da Ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. In: **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 13, n.3, p. 197-218, 1996.

SOUZA SOBRINHO, Alexandre Machado Marques de. Do Indutivismo Neopositivista ao Racionalismo Crítico Popperiano: uma discussão sobre os critérios de demarcação na epistemologia científica. **REVISTA DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA**, v. 8, p. 325-339, 2020.

TARSKI, Alfred. A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica. In: C. Mortari e L.H. Dutra (Orgs). Alfred Tarski: **A Concepção Semântica da Verdade**. Textos clássicos. SP: Ed. UNESP, 2007.